

Em cinco anos, Constituição será revisada

AGÊNCIA ESTADO

O Daqui a cinco anos, o País terá em funcionamento praticamente outra Constituinte, para submeter à revisão a Constituição que está sendo agora aprovada.

Esta deliberação foi tomada ontem, pela Constituinte, que aprovou, por 327 votos contra 165 e 18 abstenções, emenda com esse objetivo apresentada pelo Deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG).

"Será uma miniconstituinte" — assinalou Bevilacqua. A revisão constitucional será feita pelo Congresso Nacional (a ser eleito em 1990), que se reunirá unicameralmente, como a atual Constituinte, e deliberará, também como esta, por maioria absoluta, ou seja, por metade mais um do total de seus integrantes.

O PDS e o PFL ficaram contra a emenda. "Ela vai enfraquecer a Nova Constituição", advertiu o líder pedessista Amaral Netto (RJ). O deputado Francisco Kuster (PMDB-SC) também argumentou que a emenda poderia levar à não regulamentação de vários dos dispositivos agora aprovados, pois poderiam vir a ser modificados dentro de cinco anos. Mas os demais partidos ficaram a favor, principalmente os de esquerda, que viram na emenda uma possibilidade de reabrir questões nas quais foram agora derrotados.

Juristas Divergem

Para o jurista Miguel Reale, a revisão prevista na emenda aprova-

da ontem é uma "confissão de má consciência". Não pela revisão em si, mas pelo fato de que ela ocorrerá só daqui a cinco anos. "Constituições — disse — têm que ser refeitas quando necessário. Isto não é positivo." Reale ficou satisfeito com a aprovação de um mandato de cinco anos para Sarney, por considerar que a situação atual não comporta uma eleição presidencial este ano. "A Constituinte terminará seus trabalhos em setembro, deixando para depois as leis complementares, que não são poucas. O Congresso, desta forma, não estaria em condições de votar estas leis e participar de eleições em novembro", afirmou.

Modelo Colombiano

Outro jurista, porém, o professor Adilson Dallari, titular de Direito Administrativo da PUC/SP e coordenador, na OAB, da comissão que acompanha os trabalhos da Constituinte, apoiou a revisão. "Conheço na Colômbia um processo de revisão constitucional semelhante ao que foi aprovado ontem, só que lá ela ocorre em intervalos de dez anos. Acho que esta medida é interessante, porque permite um período de tranquilidade, é conveniente para uma Constituição saída de um processo de transição", afirmou.

Outra vantagem da revisão, a seu ver, é que ela evita a possibilidade de se iniciar o processo de emendas logo depois da promulgação da Constituição. Também ao contrário de Reale Júnior, ele não gostou dos cinco anos, aprovação que recebeu "com pesar e tristeza".

País vota monarquia em 1993

Em 7 de setembro de 1993, o eleitorado brasileiro será convocado para, por meio de plebiscito, dizer qual a forma de governo que prefere — república ou monarquia constitucional — e qual o sistema de governo que deseja para o País, parlamentarismo ou presidencialismo. A emenda, articulada pelo monarquista Cunha Bueno (PDS-SP), resultou de uma fusão de outras nove, que propunham a realização de plebiscito para a escolha de governo, e foi aprovada por 495 votos a 23, e 11 abstenções.

Mesmo derrotados na votação do sistema de governo, no dia 22 de março, os parlamentaristas conseguiram uma vitória, ontem, ao ajudar a aprovar a emenda Cunha Bueno. De tão emocionado com o acolhimento de sua iniciativa por parte de todas as lideranças partidárias, Cunha Bueno até se esqueceu de votar. "Fui o autor da emenda e deixei de votar", disse ele pelo microfone do plenário. "É a emoção", observou sorrindo o presidente Ulysses Guimarães, "v. exa. é o pai da criança..."

Apenas o deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ) foi à tribuna para combater a emenda, dizendo que, com quatro mandatos de deputado, nunca tinha visto "uma coisa destas: aquilo que era galhofa, brincadeira, transformar-se, aparentemente, numa emenda séria". Desceu da tribuna sob vaias. O próprio relator Bernardo Cabral tomou a iniciativa de desagrar Cunha Bueno, dizendo que apenas essa emenda, assinada por todos os líderes partidários, já seria suficiente para consagrar a sua atuação na Casa. "É meu parecer é favorável", concluiu.

Segundo avaliação do deputado Roberto Freire (PCB-PE), a aprovação da emenda Cunha Bueno é importante porque retira da decisão interna da Constituinte ou do Congresso Nacional a definição do sistema de governo, passando para a própria sociedade brasileira, depois de um debate em profundidade, nos próximos cinco anos, a opção pela manutenção do presidencialismo ou a mudança para um novo regi-



André Dusek

Arbage (apontando), Benito e Angelo riem, enquanto Bueno discursa

me. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das principais articuladoras do parlamentarismo e do apoio à emenda, disse que essa era a única saída que os parlamentaristas tinham para projetar para o futuro a possibilidade de o Brasil vir a ser parlamentarista. Os parlamentaristas convenceram os presidencialistas com os próprios argumentos usados contra eles: que não houve tempo suficiente para o debate e que a implantação desse sistema de governo era precipitada. "Agora haverá um prazo de cinco anos para uma discussão ampla do sistema de governo, e ele, se mudado, não terá uma implantação apressada", disse a deputada. Já o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator pró-parlamentarista na subcomissão do sistema de governo, admitiu que a articulação do seu grupo começou assim que os parlamentaristas foram derrotados. Todo o projeto da Constituição "foi virado e revirado à procura de uma possibilidade parlamentarista" — e a única saída foi mesmo a emenda Cunha Bueno.

"Nenhuma outra emenda apresentou tamanho quórum favorável", festejava o deputado Cunha Bueno. Que diz que foi vítima de preconceitos, mas que "o esforço valeu a pena". A aprovação foi uma vitória para os mais de 40 mil defensores do regime monárquico parlamentar que assinaram emenda popular defendendo o plebiscito, disse ele, lembrando que em muitos países esse regime funciona. "Se na Espanha existe democracia, foi através da monarquia", argumentou. Cunha Bueno vinha defendendo a sua tese entre os constituintes há um ano, com base, inicialmente, em uma pesquisa feita em São Paulo, na qual 12% dos 2.300 entrevistados optaram pelo regime monárquico. Enquanto o deputado recebia congratulações no plenário, o diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, J. H. de Oliveira Júnior, distribuía nota no Congresso dizendo que "99 anos após o golpe militar de 1889" (quando se proclamou a República), a Constituinte resgatava o compromisso de permitir ao povo escolher o sistema de governo.